

EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Junho/2025

Na História da África Moderna, os conflitos africanos se relacionam a intervenções externas, diretas ou indiretas. Com o final da Guerra Fria, a intervenção estrangeira assumiu novas características: o Estado, fragilizado, e os seus apoiadores externos não mais monopolizavam os meios de coerção. Em muitos casos, oportunistas, senhores da guerra ou grupos paramilitares, desprovidos de ideologia ou programa político, preencheram o vácuo de poder. Em outros, forças multinacionais (a exemplo da ONU) intervieram com a intenção de monitorar e assegurar acordos de paz, ou facilitar operações de assistência humanitária. Todavia, não foram poucos os casos nos quais grupos de interesse externos aproveitaram a vulnerabilidade dos Estados africanos para promover seus próprios objetivos e se beneficiar com recursos naturais. As fontes de financiamento também foram diversificadas com o final da Guerra Fria. As novas guerras, em boa medida, foram financiadas pelo saque de recursos naturais, pilhagem de populações locais, contrabando de armas, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Por outro lado, a estabilização e as condições de desenvolvimento levaram a novas intervenções militares (como no caso da Líbia) ou às Revoluções Coloridas (como no caso do Magreb).

Entretanto, a erradicação do neocolonialismo, a estabilização dos conflitos e segurança alimentar e energética como condições para o desenvolvimento, são defendidas por importantes países africanos no âmbito da União Africana com base no princípio “problemas africanos, solução africana”. Os fóruns multilaterais são, portanto, fundamentais para a diplomacia dos países africanos. A África figura, cada vez mais, na discussão de importantes países e organizações devido a sua crescente importância nos assuntos globais. Há a expectativa, segundo a ONU, de que mais da metade do crescimento populacional mundial até 2050 ocorra nesse continente, tendendo se igualar a população asiática no final do século. Esse fato abrirá novas possibilidades de mercado e trabalho ao lado dos recursos que há muito atraem interesse internacional, conduzindo a desafios humanitários e de desenvolvimento.

O impacto das mudanças climáticas é particularmente acentuado no continente. Atualmente, a população africana, extremamente jovem, tem constituído a base de crescentes fluxos migratórios intra-africanos e rumo à Europa, gerando tensões internacionais. Simultaneamente, cresce a procura por recursos naturais estratégicos no continente e a inevitável multiplicação de interações com as potências antigas e em ascensão. Em tal quadro, os dirigentes são forçados a buscar formas políticas alternativas, se tornando mais assertivos no fortalecimento do Estado e da diplomacia. Ao mesmo tempo, intensificam-se rivalidades regionais, típicas do amadurecimento de Estados-Nação, como na Europa dos séculos anteriores. O surpreendente é que tal processo obriga as potências extracontinentais a terem que se adaptar à nova dinâmica e às prioridades africanas.

Considerando a nova realidade geopolítica do continente africano e seus desafios em cenário de multipolaridade instável, no presente número contamos com a contribuição de acadêmicos da África do Sul, Argélia, Brasil e Nigéria que abordam, por diferentes eixos, tal problemática. Chris Landsberg, Sandile Moloi e Oscar van Heerden no artigo *“Teoria de Política Externa Pan-africanista: a relevância conceitual da análise de política externa na definição da agenda política para a África”*, analisam a Teoria da Política Externa Pan-africanista, definida como uma das teorias centrais formuladas no âmbito da disciplina de Relações Internacionais e que, segundo os autores, está alinhada ao continentalismo africano e ao seu mais importante organismo — a União Africana.

Paulo G. Fagundes Visentini em *“As relações URSS-África nos anos 1970-1980: uma proposta analítica das motivações, condicionantes e impactos”* discute as relações da União Soviética (URSS) com os Estados africanos que foram seus aliados com foco nas motivações recíprocas, nos elementos condicionantes e nos impactos e legados decorrentes de tal relação. Para o autor, as nações africanas não foram “peões” da Guerra Fria em sua cooperação com Moscou, nem a URSS possuía um projeto sistêmico de “exportação da revolução” ou *Grand Design* geopolítico para a África. Na sequência, Mourad Benguita analisa no texto *“Mapeamento da Política Externa da Argélia na África por meio da análise de redes complexas: dinâmica de segurança e energia (2019–2025)”* a evolução da política externa da Argélia na África entre os anos 2019 e 2025 sob a ótica da análise de redes complexas (ARC). Segundo o autor, embora a Argélia tradicionalmente tenha mantido laços bilaterais seletivos com países africanos, desenvolvimentos recentes revelam uma mudança em direção a parcerias mais densas, diversificadas e estrategicamente integradas, particularmente nos domínios da diplomacia energética e da cooperação em segurança.

Em “*Françafrique, o neocolonialismo e a economia política dos golpes de Estado na Zona do Franco (2020 -2023)*”, Karine de Souza Silva e Mussa Jau avaliam a instrumentalização do Franco CFA para o domínio neocolonial da França na África e o seu futuro na atual conjuntura política franco-africana, depois da série de golpes de Estado ocorridos na Zona do Franco entre os anos de 2020 e 2023. Já Kenneth Chukwuemeka Nwoko examina as políticas internacionais em torno de energias renováveis e de regeneração na África, considerando as perspectivas e os desafios do continente em relação à adaptação e mitigação das mudanças climáticas no artigo “*Política Internacional de energia renovável e de regeneração no contexto da adaptação climática e mitigação: perspectivas e desafios para a África*”.

Por fim, os dois últimos artigos analisam questões internas na Nigéria com impactos regionais. Em “*Caminhos obstruídos para a justiça: grilagem de terras e a crise da reconciliação nos conflitos pós-coloniais da Nigéria Central*”, Glória Longbaam-Alli examina os efeitos da apropriação de terras nos esforços de construção da paz. A autora argumenta que a economia política da propriedade da terra apresenta desafios específicos à resolução de conflitos e que as estratégias de gestão híbrida existentes não conseguem abordar adequadamente. E ainda, que apropriação de recursos se relaciona com a recorrência de conflitos em contextos africanos pós-coloniais. E, Seun Bamidele, no texto “*Fronteiras sem dono: apatridia, deslocamento e insegurança humana na Bakassi pós-transferência*” investiga a persistente crise de segurança humana na Península de Bakassi após a decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2002, que transferiu a soberania da região da Nigéria para Camarões. Segundo o autor, embora a decisão tenha resolvido a disputa legal entre os dois países, gerou uma prolongada emergência humanitária para milhares de nigerianos que permaneceram apátridas, sem documentação e marginalizados em sua terra ancestral.

A RBEA, contudo, é uma publicação eletrônica bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

Agradecemos à Editora Assistente Rafaela Pinto Serpa e ao Assistente de Edição Augusto Lorenzo Esposito, bem como à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução e revisão dos artigos, Augusto Camatti, Gabriela Gampe Bonness, Gabriele Lima de Souza, Giuseppe Camargo Pulice, Isabella Cruzichi, Ítalo Daniel Fonseca, Kauane Santos de Oliveira, Letícia Soares Rosa, Luiza Gabriel de Souza, Maria Eduarda Lameira Nascimento, Maria Manoela Ribeiro Spolavori, Mariana Realí Vitola, Matheus Severiano Marques Xavier, Pedro Henrique Galante Zandoná, Rebeca Martins de Lima e Vinicius Zanchin Baldissera. Agradecemos, ainda, Nicoli Waschburger Mendonça.